



I Concurso Público para Provimento de Cargos de Contador

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'C03', Tipo 003

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-003

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Alberto Santos Dumont projetou, construiu e voou os primeiros
balões dirigíveis com motor a gasolina.

- Verifique se este caderno corresponde a sua opção de cargo, contém 60 questões, numeradas de 1 a 60 e se contém as propostas e o espaços para os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever suas respostas da Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto a seguir para responder às questões de números 1 a 4.

Quando a tecnologia serve para concentrar controle, ela amplia desigualdades; quando é desenhada para distribuir oportunidades, ela promove bem-estar e crescimento. O progresso não é linear nem neutro: é produto de decisões humanas e institucionais.

A IA generativa redefine tarefas e papéis, mas também desafia o significado do trabalho. Ao automatizar o que antes expressava o talento humano, pode corroer o senso de competência. Ao impor processos padronizados, reduz a autonomia. E ao substituir interações humanas por algoritmos fragiliza o pertencimento.

São três dimensões que, segundo a psicologia do trabalho, sustentam o bem-estar e a produtividade. A IA pode encurtar o árduo percurso do aprendizado, aquele que desenvolve instinto, julgamento e experiência. A eficiência não deve substituir o amadurecimento.

As evidências são eloquentes. Pesquisas de Puntoni e outros autores mostram que trabalhadores avaliados por algoritmos demonstram menos empatia. Segundo testes estatísticos, consumidores, por sua vez, valorizam mais produtos quando percebem participação humana em sua criação.

Mas a IA também pode abrir um novo ciclo de oportunidades. Como nos mostrou o prof. Christian Terwiesch, a IA generativa pode transformar o próprio processo de inovação. Em vez de restringir decisões a poucos, ela permite que mais pessoas criem, testem e proponham soluções apoiadas por IA; o que ele chama de “torneios de inovação”. O papel humano, nesse contexto, seria o de curador, não de executor.

A GenAI ajuda a criar mais e melhores ideias, e mais rápido, mas continua precisando de gente para dar direção, propósito e juízo de valor. Empresas que souberem equilibrar as forças entre a velocidade da máquina e o discernimento humano abrirão novos horizontes de vantagem competitiva.

O futuro da inovação, portanto, não pertence apenas à tecnologia, mas à cultura que a cerca.

Mas, em última instância, essas escolhas não se farão no vácuo. Elas serão moldadas pelos incentivos econômicos, pelas políticas públicas e pela forma como os mercados valorizam – ou não – o investimento em pessoas.

Se o sistema recompensar apenas ganhos de produtividade de curto prazo, o uso da IA tenderá à substituição e à concentração. Se, ao contrário, premiar a criação de valor humano e a difusão do conhecimento, o avanço tecnológico poderá se tornar um novo motor de prosperidade compartilhada. O equilíbrio econômico dessa nova era estará em unir produtividade com desenvolvimento humano; eficiência com aprendizado.

O desafio, portanto, não é apenas das empresas, mas também da regulação: fazer com que o progresso técnico caminhe ao lado do progresso econômico e social. A inteligência artificial pode gerar abundância ou desigualdade. O que determinará o resultado não é o algoritmo, mas o conjunto de escolhas, incentivos e valores construídos em torno dele.

(VESCOVI, Ana Paula. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ana-paula-vescovi/2025/10/o-poder-e-o-progresso-na-era-da-inteligencia-artificial.shtml>. Adaptado)

1. Respeitando as normas de concordância verbal, uma redação alternativa para um trecho do texto está em:
 - (A) Não apenas as políticas públicas, mas também a forma como se valorizam o investimento em pessoas determinará o futuro da inovação.
 - (B) Nem linear, nem neutro: cabem às decisões humanas e institucionais a redefinição do progresso.
 - (C) Caberá à união entre a produtividade e o desenvolvimento humano o equilíbrio econômico dessa nova era.
 - (D) São cada vez mais difíceis considerar como tangíveis as fronteiras entre a cultura de uma nação e o uso que fará do desenvolvimento tecnológico.
 - (E) Repousam nas empresas e também nas normas de regulação a expectativa de que o progresso técnico caminhe ao lado do econômico e social.
2. A autora elabora uma hipótese seguida de um possível desdobramento em:
 - (A) Segundo testes estatísticos, consumidores, por sua vez, valorizam mais produtos quando percebem participação humana em sua criação.
 - (B) Pesquisas de Puntoni e outros autores mostram que trabalhadores avaliados por algoritmos demonstram menos empatia.
 - (C) O desafio, portanto, não é apenas das empresas, mas também da regulação.
 - (D) A IA generativa redefine tarefas e papéis, mas também desafia o significado do trabalho.
 - (E) Se o sistema recompensar apenas ganhos de produtividade de curto prazo, o uso da IA tenderá à substituição e à concentração.



3. O termo empregado para retomar uma palavra anteriormente usada no texto está sublinhado em:
- (A) *Pesquisas de Puntoni e outros autores mostram que trabalhadores avaliados por algoritmos demonstram menos empatia.*
 - (B) *E ao substituir interações humanas por algoritmos fragiliza o pertencimento.*
 - (C) *O que determinará o resultado não é o algoritmo, mas o conjunto de escolhas, incentivos e valores construídos em torno dele.*
 - (D) *Em vez de restringir decisões a poucos, ela permite que mais pessoas criem, testem e proponham soluções apoiadas por IA.*
 - (E) *O futuro da inovação, portanto, não pertence apenas à tecnologia, mas à cultura que a cerca.*

4. *Empresas que souberem equilibrar as forças entre a velocidade da máquina e o discernimento humano abrirão novos horizontes de vantagem competitiva.*

Ao se transpor a frase acima para a voz passiva, o verbo "abrir" deverá assumir a seguinte forma:

- (A) foram abertos.
- (B) serão abertos.
- (C) se abrirá.
- (D) haverá de abrir.
- (E) têm-se aberto.

Língua Inglesa

5. A five-year nationwide decline in apartment prices has wiped out much of the middle class's savings in a country where households typically hold about three-quarters of their assets in real estate.

The pronoun "their", underlined in the excerpt, refers to

- (A) *real estate.*
- (B) *assets.*
- (C) *savings.*
- (D) *households.*
- (E) *country.*

6. *China's domestic economy has faltered and is being sustained largely by a record trade surplus and strong exports from the technology and clean energy sectors.*

Consumer spending remains weak, while much of the housing market is still in crisis. A five-year nationwide decline in apartment prices has wiped out much of the middle class's savings in a country where households typically hold about three-quarters of their assets in real estate.

(Disponível em: <https://www.nytimes.com/2026/07/30/business/china-economy-politburo.html>)

Without change in meaning, the word that could replace "wiped out" (underlined in the second paragraph) is:

- (A) *drained.*
- (B) *dismissed.*
- (C) *discharged.*
- (D) *derailed.*
- (E) *distorted.*

Raciocínio Lógico, Matemático e Analítico

7. Em uma empresa pública federal, formam-se duplas entre programadores e assistentes. Há, no máximo, 50 pessoas nessa empresa. Em certo momento, $\frac{3}{4}$ dos programadores trabalham em parceria com $\frac{4}{5}$ dos assistentes. O número total de pessoas nessa empresa é:

- (A) 31
- (B) 37
- (C) 30
- (D) 29
- (E) 16



8. Ana, Bruno, Célia, Dario e Ênio são colegas de trabalho. Um deles quebrou a impressora. Ao questioná-los, o gerente teve as seguintes respostas:

Ana: "Eu não quebrei a impressora."

Bruno: "Eu quebrei a impressora."

Célia: "Ênio não quebrou a impressora."

Dario: "Eu não quebrei a impressora."

Ênio: "Ana quebrou a impressora."

Se apenas um dos colegas não está falando a verdade, quem quebrou a impressora foi

- (A) Dario.
- (B) Ênio.
- (C) Ana.
- (D) Bruno.
- (E) Célia.

Noções de Direito Constitucional e Administrativo

9. De acordo com a Lei nº 13.303/2016,

- (A) sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- (B) a empresa pública poderá lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações, e emitir partes beneficiárias, devendo divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores.
- (C) empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- (D) a exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida exclusivamente por meio de empresa pública, dependendo, sua constituição, de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional.
- (E) independe de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora, nos termos da Constituição Federal.

10. Considere:

- I. Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- II. Legislar sobre trânsito e transporte.
- III. Legislar sobre seguridade social.

Com base na Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o constante APENAS em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

Ética, Integridade, Governança, Compliance e Controles Internos

11. Uma empresa pública na forma de sociedade de economia mista federal contratou determinado fornecedor para a prestação de serviços de manutenção predial. Posteriormente, apurou-se que um preposto desse fornecedor ofereceu vantagem indevida a empregado público para obter tratamento favorecido em processo de licenciamento de interesse da contratante. À luz da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), é correto afirmar que a empresa

- (A) estará isenta de responsabilização caso o preposto do fornecedor venha a ser processado e condenado individualmente pelo ato de corrupção.
- (B) poderá firmar acordo de leniência que a exima integralmente de qualquer sanção, bastando para tanto cooperar com as investigações.
- (C) poderá ser responsabilizada administrativa e civilmente apenas mediante comprovação de que sua diretoria tinha conhecimento prévio do ato lesivo praticado pelo preposto do fornecedor.
- (D) poderá ser responsabilizada objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, independentemente da comprovação de culpa ou dolo de seus dirigentes.
- (E) poderá ser responsabilizada apenas na esfera penal, uma vez que a lei não prevê sanções administrativas para pessoas jurídicas.



12. O modelo das três linhas de defesa é amplamente adotado por organizações, inclusive empresas estatais, para estruturar a governança de riscos e dos controles internos. Considerando esse modelo, é correto afirmar que, ao promover avaliação independente e objetiva sobre a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, a auditoria interna posiciona-se na
- (A) primeira e segunda linhas simultaneamente, por acumular funções de execução operacional e de supervisão de riscos.
 - (B) terceira linha, e sua função deve necessariamente ser exercida por empresa de auditoria independente contratada externamente.
 - (C) primeira linha, pois atua diretamente na execução e no controle cotidiano dos processos operacionais da organização.
 - (D) segunda linha, uma vez que estabelece as políticas de gestão de riscos e conformidade a serem observadas pelas áreas operacionais.
 - (E) terceira linha, por fornecer avaliação independente sobre a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

Proteção de Dados, Segurança da Informação e Uso Responsável de Dados

13. Uma Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores identificou duas ocorrências durante suas atividades. Na primeira, alguns colaboradores receberam uma mensagem personalizada, encaminhada por uma instituição parceira, informando sobre uma suposta atualização cadastral, que direcionava a pessoa para uma página visualmente semelhante ao portal institucional, onde eram solicitados usuário e senha. Na segunda, um sistema utilizado para consulta de informações permaneceu inacessível durante determinado período após receber requisições provenientes de grande quantidade de dispositivos conectados à Internet. Considerando as características específicas dos ataques descritos, a primeira ocorrência corresponde
- (A) ao *phishing*, pois combina uma mensagem fraudulenta com uma página destinada à captura de credenciais, enquanto a segunda corresponde a um ataque DDoS, no qual múltiplos dispositivos contribuem para sobrecarregar o serviço e afetar sua disponibilidade.
 - (B) à engenharia social, pois a personalização da mensagem constitui o elemento central do ataque, enquanto a segunda corresponde ao *ransomware*, devido ao comprometimento da disponibilidade do sistema afetado.
 - (C) ao *ransomware*, pois a obtenção das credenciais pode permitir o bloqueio posterior de sistemas, enquanto a segunda corresponde ao *phishing*, devido à utilização de uma infraestrutura distribuída para atingir o serviço.
 - (D) à engenharia social, pois obriga o usuário a fornecer credenciais em ambiente fraudulento, enquanto a segunda corresponde a um ataque DDoS, caracterizado pela tentativa de explorar vulnerabilidades do sistema por meio de requisições *backdoor*.
 - (E) ao *phishing*, pois emprega uma comunicação fraudulenta para capturar credenciais, enquanto a segunda corresponde à engenharia social, pois utiliza diferentes dispositivos para induzir o sistema a processar requisições.
14. Uma Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores mantém dados pessoais de representantes e beneficiários relacionados às operações dos fundos e contrata uma empresa especializada em tecnologia para hospedar e processar parte dessas informações. Durante a execução dos serviços, a agência identifica um incidente de segurança que possibilitou acesso não autorizado a dados pessoais armazenados pela empresa contratada. Considerando as disposições da LGPD, a
- (A) existência de contrato entre a agência gestora e a empresa de tecnologia implica que a agência gestora deve avaliar o incidente em conjunto com a empresa contratada, considerando a natureza dos dados, as medidas de segurança e os possíveis impactos aos titulares, e ambos devem tomar as providências cabíveis, incluindo a comunicação à ANPD.
 - (B) empresa de tecnologia, por administrar o ambiente em que os dados são armazenados, assume a condição de controladora e passa a definir as providências relacionadas aos titulares afetados pelo incidente identificado.
 - (C) agência gestora, na condição de controladora, deve avaliar o incidente e adotar as providências cabíveis, inclusive comunicar a ANPD e os titulares quando houver risco ou dano relevante, enquanto a empresa contratada atua como operadora.
 - (D) agência gestora deixa de responder pelas decisões relacionadas aos dados pessoais quando contrata uma empresa especializada, pois a execução técnica do tratamento passa a ser realizada pelo operador contratado.
 - (E) empresa contratada responde integralmente pelo incidente perante os titulares, pois a manutenção da infraestrutura tecnológica lhe atribui responsabilidade direta pelas decisões sobre o tratamento dos dados pessoais.

Noções de Economia, Finanças Públicas, Sistema Financeiro, Garantias e Crédito à Exportação

15. O Fundo de Garantia à Exportação (FGE), instituído pela Lei nº 9.818/1999, constitui um dos principais instrumentos de apoio oficial às exportações brasileiras. A respeito da natureza e do funcionamento desse fundo, é correto afirmar que o FGE
- (A) é administrado diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na qualidade de agente financeiro responsável pela concessão de crédito à exportação.
 - (B) tem sua atuação estendida à cobertura de operações de importação realizadas por empresas brasileiras de pequeno porte.
 - (C) é fundo contábil de natureza pública, vinculado ao Tesouro Nacional, cuja gestão compete à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), destinado a cobrir riscos comerciais, políticos e extraordinários nas operações de exportação com apoio oficial.
 - (D) constitui pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, com patrimônio próprio segregado do Tesouro Nacional.
 - (E) tem por finalidade exclusiva assegurar a estabilidade cambial das operações de exportação, não alcançando riscos de natureza comercial ou política.



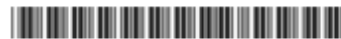
16. Considere a seguinte situação hipotética: uma seguradora, ao ceder parte de seus riscos a um ressegurador, estabelece contratualmente que reterá, para cada sinistro individualmente considerado, um valor fixo de até R\$ 2 milhões, ficando o ressegurador responsável pelo montante excedente a esse limite, até o teto contratado, independentemente da proporção que o risco cedido representa em relação ao risco total assumido pela seguradora. Essa modalidade de resseguro é denominada
- (A) resseguro não proporcional, na modalidade de *stop loss*.
 - (B) retrocessão, uma vez que o ressegurador transfere parte do risco assumido a outro ressegurador.
 - (C) resseguro proporcional, na modalidade de quota-parte (*quota-share*).
 - (D) resseguro proporcional, na modalidade de excedente de responsabilidade (*surplus*).
 - (E) resseguro não proporcional, na modalidade de excesso de danos (*excess of loss*).

Sustentabilidade, Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), Diversidade e Inclusão

17. A financial institution is developing a methodology to classify investments and financing linked to economic activities within the scope of the Brazilian Sustainable Taxonomy (TSB). The operations may involve green bonds, sovereign green bonds, carbon credits or blended finance.
- The basis of assessment that the institution use to determine whether the underlying economic activity is aligned with the TSB is:
- (A) Base the classification on blended-finance principles, using the strategic mobilization of additional commercial finance for sustainable development.
 - (B) Base the classification on the relevant TSB technical criteria applied to the underlying economic activity, verifying substantial contribution to its defined objectives, do no significant harm and compliance with the applicable minimum safeguards.
 - (C) Base the classification on must the Green Bond Principles, utilizing using eligible use of proceeds, project evaluation and selection, management of proceeds and reporting.
 - (D) Base the classification on eligibility under a sovereign green bond framework, using the public nature of the issuer and the environmental allocation of proceeds.
 - (E) Base the classification on verified carbon-credit methodologies, using quantified reductions or removals.
18. For institutions subject to the Brazilian PRSAC regulatory *framework*, it correctly describes the Social, Environmental and Climate Responsibility Policy (PRSAC) and the actions aimed at its effectiveness:
- (A) They should follow a uniform design across the financial system to ensure comparability, while differences in business models, operations, product and service complexity and risk exposures are addressed through separate internal instruments.
 - (B) They should be coordinated with the risk management framework, but the institution may assess social, environmental and climate-related risks in isolation, without addressing their interactions with other risks incurred by the institution.
 - (C) They must appoint a director who will approve and review the policy and assume the board of directors' responsibilities for adherence, integration and timely correction, irrespective of whether a board has been constituted at the institution.
 - (D) They should primarily provide a framework for public communication and philanthropic initiatives, while social, environmental and climate-related considerations affecting business, activities, processes and stakeholder relationships remain within other institutional policies.
 - (E) They should be proportionate to the institution's business model, the nature of its operations and the complexity of its products, services, activities and processes; adequate to the magnitude and materiality of its exposures to social, environmental and climate-related risks; and consider corresponding impacts and business opportunities.

Noções de Análise de Dados, Informações e Indicadores

19. No que concerne aos diferentes tipos indicadores de desempenho, tem-se que um *leading indicator* distingue-se de um *lagging indicator* na medida em que
- (A) procura acompanhar fatores antecedentes ou direcionadores que podem influenciar resultados futuros.
 - (B) não se presta à medição de performance, pois o indicador apenas captura situações exógenas à organização, como variações de mercado.
 - (C) é utilizado para avaliar os resultados alcançados e analisar o desempenho após a ocorrência dos eventos.
 - (D) mede exclusivamente resultados financeiros, conectando-se com os índices de performance da instituição.
 - (E) somente pode ser utilizado no nível operacional, fornecendo métricas para ações corretivas de forma pontual.
20. Tanto Ishikawa como Cinco Porquês são metodologias que podem ser utilizadas na análise e identificação de causas-raiz, mas não têm exatamente a mesma função nem operam da mesma forma. Uma distinção relevante é:
- (A) Cinco Porquês trabalha com dimensões diferentes de um problema ou falha sistêmica; Ishikawa investiga e avalia apenas a dimensão econômico-financeira.
 - (B) Ishikawa é quantitativo, baseado fundamentalmente na análise de dados coletados e tratados; Cinco Porquês é eminentemente qualitativo e fortemente randômico.
 - (C) Ishikawa identifica, no momento da elaboração do Diagrama, somente causas comprovadas; Cinco Porquês trabalha somente com dados estatísticos.
 - (D) Ishikawa busca estruturar e explorar múltiplas categorias de possíveis causas; Cinco Porquês aprofunda uma cadeia causal por questionamentos sucessivos.
 - (E) ambos trabalham com coleta e análise de dados para identificação da causa-raiz, porém Ishikawa apresenta uma única causa, enquanto Cinco Porquês apresenta as cinco principais em ordem de prevalência.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral e Societária

21. No início de 20X3, a empresa "Rôldin S.A." iniciou uma fase de investimentos em novos negócios. Sua equipe responsável selecionou uma *startup* chamada "Alvo", que havia iniciado suas atividades em 20X2 no ramo de tecnologia.

A "Rôldin" investiu R\$ 400.000,00 em "Alvo", cujo capital social passou a ser de R\$ 1.000.000,00. Sendo assim, a participação da investidora é de 40%, a nova investida foi classificada como coligada e o investimento foi registrado pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Durante o exercício de 20X3, a empresa "Alvo" auferiu lucro de R\$ 200.000,00 e distribuiu 50% desse valor em dividendos, conforme estabelecido em seu contrato social.

De acordo com o que é determinado pelo CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, o saldo da conta de Investimentos referente à empresa "Alvo" apresentado no ativo da "Rôldin", em 31/12/20X3, foi de

- (A) R\$ 520.000,00
- (B) R\$ 1.100.000,00
- (C) R\$ 480.000,00
- (D) R\$ 440.000,00
- (E) R\$ 400.000,00

22. A empresa "FNatural S.A." (arrendatária) assinou em 01/10/X1 um contrato de arrendamento de equipamentos com a empresa "GPlus" (arrendadora), com duração de 24 meses. A utilização dos ativos começou imediatamente após a assinatura do contrato.

A mensuração inicial do passivo de arrendamento é de R\$ 58.000,00 e o ativo de direito de uso deve ser mensurado usando o método do custo. A vida útil estimada dos equipamentos é de 30 meses. Em 31/12/20X1, o valor recuperável do ativo arrendado é de R\$ 60.000,00.

Após o final do contrato, o ativo ficará com a empresa "FNatural", que irá exercer sua opção de compra.

Com base apenas nessas informações e no que estabelece o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 31/12/20X1, o saldo do direito de uso, líquido de depreciação, foi de

- (A) R\$ 60.000,00
- (B) R\$ 58.000,00
- (C) R\$ 54.000,00
- (D) R\$ 50.750,00
- (E) R\$ 52.200,00

23. A empresa "Aumente! S.A." aumentou o seu capital social por meio da emissão de 100.000 novas ações de valor nominal de R\$ 1,00. As condições de mercado fizeram as novas ações serem negociadas, à vista, por R\$ 1,50. Com base na Lei nº 6.404/1976, o lançamento contábil relacionado a essa transação é:

- | | |
|---|------------|
| (A) Débito: Caixa (Ativo Circulante) | 150.000,00 |
| Crédito: Capital Social (Patrimônio Líquido) | 50.000,00 |
| Crédito: Reservas de Capital (Patrimônio Líquido) | 100.000,00 |
| | |
| (B) Débito: Caixa (Ativo Circulante) | 150.000,00 |
| Crédito: Capital Social (Patrimônio Líquido) | 100.000,00 |
| Crédito: Reservas de Capital (Patrimônio Líquido) | 50.000,00 |
| | |
| (C) Débito: Caixa (Ativo Circulante) | 100.000,00 |
| Crédito: Capital Social (Patrimônio Líquido) | 100.000,00 |
| | |
| (D) Débito: Caixa (Ativo Circulante) | 150.000,00 |
| Crédito: Reservas de Capital (Patrimônio Líquido) | 150.000,00 |
| | |
| (E) Débito: Caixa (Ativo Circulante) | 100.000,00 |
| Débito: Reservas de Capital (Patrimônio Líquido) | 50.000,00 |
| Crédito: Capital Social (Patrimônio Líquido) | 150.000,00 |



24. A empresa "Guarda-tudo Ltda" apresentava em 30/11/20X5 os seguintes saldos:

Conta	Saldo em 30/11/20X5 (em R\$)
Estoque de mercadorias	50.000,00
Adiantamento de Clientes	6.000,00
Contas a Receber de Clientes	8.000,00
Receita de Vendas	56.000,00

Em dezembro de 20X5, a empresa realizou as seguintes operações:

1. Compra a prazo de mercadorias para revenda, no valor de R\$ 7.000,00;
2. Venda das mercadorias no valor total de R\$ 15.000,00, sendo metade a vista e a outra metade a prazo;
3. Entrega de mercadorias referentes ao recebimento antecipado de vendas, no valor de venda de R\$ 5.000,00.

O inventário final, de 31/12/20X5, das mercadorias era de R\$ 5.000,00, sendo que a empresa adota o método do inventário periódico.

Desconsidere os impactos fiscais e, com base apenas nessas informações, o Lucro Bruto apresentado na Demonstração do Resultado da "Guarda-tudo Ltda." foi de

- (A) R\$ 76.000,00
- (B) R\$ 24.000,00
- (C) R\$ 19.000,00
- (D) R\$ 71.000,00
- (E) R\$ 18.000,00

25. Considere as seguintes transações em contrapartida ao caixa.

- I. Pagamentos para aquisição de uma instalação utilizada na produção por uma indústria de calçados.
- II. Pagamentos de uma indústria farmacêutica a fornecedores pela aquisição de matérias-primas.
- III. Empréstimo de longo prazo obtidos de uma instituição financeira, realizado por uma prestadora de serviços de limpeza predial.
- IV. Resgate do principal de uma aplicação financeira (não classificada como equivalentes de caixa), realizado por uma empresa comercial.
- V. Recebimentos pela prestação de serviços realizada por uma cooperativa de fisioterapeutas.

Considerando o que estabelece o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, são classificadas como Atividades de Investimento APENAS as transações

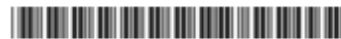
- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) III, IV e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e V.

26. A Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores estabelecem diversas regras que devem ser cumpridas pelas sociedades por ações. Algumas dessas regras restringem aquilo que é estabelecido pelas normas internacionais de Contabilidade – as IFRS, traduzidas e adaptadas pelo CPC. Sobre esse assunto, considere as seguintes afirmativas:

- I. A lei estabelece que o exercício social seja de um ano; enquanto as IFRS permitem que seja diferente, de acordo com o ciclo operacional da empresa.
- II. Enquanto o CPC 26 (R1) indica a apresentação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); a lei exige a apresentação da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), podendo estar incluída na DMPL.
- III. A lei requer que seja apresentada a demonstração do resultado do período como uma seção separada; enquanto o CPC 26 (R1) indica ser possível apresentar uma única demonstração para o resultado do período e outros resultados abrangentes, caso a lei permita.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.



27. A empresa "Protegida S.A." assinou um contrato para venda futura de *commodities* e, para se proteger da variação de preço desses itens, entrou em um contrato derivativo, que foi designado como instrumento de *hedge*. A contabilidade da empresa classificou essa transação como *hedge* de fluxo de caixa e utiliza a Contabilidade de *Hedge* (*Hedge Accounting*) para registro das transações. De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, ao final de cada exercício, a parcela de ganho ou perda no instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo
- (A) não pode ser reconhecida até que a venda das *commodities* seja realizada, sendo o instrumento de *hedge* avaliado a custo amortizado durante todo o período da proteção.
- (B) não pode ser reconhecida nas demonstrações financeiras, exceto em caso de ineficiência da proteção.
- (C) é reconhecida no resultado de cada exercício, durante todo o período de proteção.
- (D) é reconhecida em outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, durante todo o período de proteção, e é reclassificada para resultado quando a venda das *commodities* for realizada.
- (E) é reconhecida em reservas de lucros, no Patrimônio Líquido, durante todo o período de proteção, e faz parte do custo do estoque quando da venda das *commodities*.
-
28. De acordo com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis sobre a divulgação de informações em Notas Explicativas, é correta a seguinte decisão de divulgação de informações da sociedade empresária "Olhe para Lá":
- (A) A empresa sempre divulga informações de políticas contábeis imateriais, com o intuito de obscurecer as informações negativas relevantes.
- (B) A empresa não divulga informações de políticas contábeis quando seus valores são imateriais, pois entende que elas não podem ser consideradas materiais, em qualquer situação.
- (C) A empresa sempre divulga as referências cruzadas em notas explicativas de itens apresentados nas demonstrações financeiras, pois entende que isso melhora a compreensibilidade da informação.
- (D) A empresa só discute em notas explicativas informações que já tenham sido apresentadas nas demonstrações financeiras, independentemente da sua relevância, pois entende que isso melhora a compreensibilidade da informação.
- (E) A empresa divulga as notas explicativas seguindo a ordem alfabética dos itens das demonstrações contábeis, pois entende que isso facilita a identificação das contas pelos usuários.
-
29. Na Lei nº 6.404/1976 são mencionadas diversas contas do Patrimônio Líquido. A empresa "Patrimonial S.A." apresentou os seguintes saldos de algumas delas em 31/12/20X4.

Contas	Saldo em 31/12/20X4 (em reais)
Reserva Legal	500,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	300,00
Reserva Estatutária	1.000,00
Ações em Tesouraria	(200,00)
Reserva de Incentivos Fiscais	750,00

Considerando apenas os saldos apresentados, o total de Reservas de Lucros em 31/12/20X4 foi de

- (A) R\$ 1.550,00
- (B) R\$ 1.800,00
- (C) R\$ 850,00
- (D) R\$ 1.050,00
- (E) R\$ 2.250,00
-
30. A sociedade empresária "Constrói" iniciou, em 01/07/20X1, a construção de um condomínio de prédios e irá reconhecer as receitas conforme as obrigações de performance são satisfeitas ao longo do tempo.
- O contrato de construção em questão tem duração de 5 anos e o método utilizado para o reconhecimento das receitas é o de custo incorrido (método utilizado para determinar o estágio de execução de suas obras). Para aplicar o método, a empresa estimou as receitas e custos totais dos cinco anos de contrato, cujos valores foram, em milhares de reais, de R\$ 5.000 e R\$ 1.000, respectivamente.
- No fechamento do ano de 20X1, a empresa não alterou a previsão das estimativas anteriores e verificou que foram incorridos custos no valor de R\$ 90 (em milhares de reais). Não foi recebido qualquer valor referente a esse contrato em 20X1.
- Desconsiderando os efeitos fiscais, com base nessas informações e no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a receita a ser reconhecida na Demonstração do Resultado referente ao exercício de 20X1 foi, em milhares de reais, de
- (A) 450
- (B) 500
- (C) 5.000
- (D) 1.000
- (E) 0 (zero)

**Contabilidade Gerencial e de Custos**

31. A literatura de Contabilidade Gerencial e de Custos indica diversos métodos de custeio que possuem prós e contras. Algumas dessas vantagens e desvantagens são:
- I. Os custos não sofrem processos arbitrários ou subjetivos de distribuição dos custos fixos.
 - II. Está de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
 - III. Não exige a separação entre custos fixos e variáveis uma vez que todos os gastos relacionados ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos fabricados ou serviços realizados.
 - IV. Quase sempre distribui os custos indiretos à base de critérios de rateio arbitrários.
- Àquelas que se relacionam ao custeio por absorção são as indicadas APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I e II.
 - (E) II, III e IV.
-
32. Sobre as definições de diferentes tipos de custos, considere:
- I. Custos diretos são aqueles cuja alocação deve ser realizada de forma estimada e, geralmente, arbitrária.
 - II. Custos fixos são aqueles diretamente apropriáveis aos produtos por meio de uma medida de consumo.
 - III. Custos variáveis são aqueles em que o total do custo varia de acordo com o volume de produção.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
33. A empresa "Sempre Juntos Ltda" apresentou ao final de 20X6 as seguintes informações:
- 500 unidades vendidas de seu único produto pelo preço unitário líquido de R\$ 30,00.
 - Custo unitário variável de fabricação de R\$ 8,00.
 - Custos fixos de fabricação de R\$ 310,00.
- Desconsiderando os efeitos tributários, baseando-se apenas nessas informações e aplicando o Custeio Variável (Direto), o valor da Margem de Contribuição Total de 20X6 é:
- (A) R\$ 4.310,00
 - (B) R\$ 11.000,00
 - (C) R\$ 10.690,00
 - (D) R\$ 14.690,00
 - (E) R\$ 15.000,00
-
34. A empresa "Tudo-tudo Ltda" apresentou as seguintes informações ao final de 20X5, referentes à fabricação de 50 unidades de seu principal produto.
- Preço unitário líquido de R\$ 50,00.
 - Custos e despesas variáveis totais de fabricação de R\$ 750,00.
 - Custos e despesas fixos totais de fabricação de R\$ 500,00.
- Desconsiderando os efeitos tributários e com base apenas nessas informações, o Ponto de Equilíbrio Unitário (*break even point*) foi de, aproximadamente:
- (A) 14,29 unidades.
 - (B) 15,00 unidades.
 - (C) 35,00 unidades.
 - (D) 33,33 unidades.
 - (E) 10,00 unidades.
-
35. O custo de oportunidade deve ser definido como:
- (A) A soma da matéria-prima e da mão de obra direta, sem incluir os demais custos diretos.
 - (B) O esforço empregado na fabricação de um produto (ou seja, mão de obra direta e indireta, energia, horas de máquina etc.).
 - (C) O acréscimo de custo incorrido para produzir uma unidade adicional do produto.
 - (D) A remuneração que foi sacrificada pela aplicação dos recursos em uma alternativa em vez de em outra.
 - (E) A alocação de custos indiretos aos produtos em processo de fabricação, de acordo com critérios racionalmente estabelecidos.

**Noções de Finanças Públicas e Orçamento**

36. No que concerne aos mecanismos de controle fiscal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aplicáveis às empresas em que a União possua participação acionária, tem-se que
- (A) apenas as empresas classificadas como dependentes, assim entendidas aquelas que recebam recursos da União para despesas de pessoal e custeio em geral, sujeitam-se ao teto remuneratório previsto na Constituição Federal, aplicável a seus empregados e administradores.
 - (B) apenas as despesas de capital das empresas dependentes integram o Orçamento da União, devendo constar de anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias o orçamento de investimentos das empresas não dependentes.
 - (C) as empresas de capital aberto, dependente ou não de recursos da União, não se submetem às regras previstas na LRF relativas à realização de operações de crédito, sendo tal regramento aplicável exclusivamente ao ente público controlador.
 - (D) a LRF estabelece distinção entre as diferentes modalidades de empresas com participação acionária da União, de forma que a remuneração dos empregados e administradores de empresas públicas integram o limite de despesa de pessoal da LRF, enquanto as despesas com salários e benefícios das sociedades de economia mista não integram tal limite.
 - (E) é vedado às empresas controladas diretamente pela União, incluindo sociedades de economia mista, contratar operações de crédito junto a financiadores privados, salvo mediante emissão de debêntures e desde que estas não sejam conversíveis em ações.
37. Considere que, em um contrato de parceria público-privada, tenham se materializado riscos alocados ao Poder Concedente, demandando a necessidade de reequilibrar o contrato mediante a celebração de aditivo com aumento da contraprestação pública. Ocorre que as dotações orçamentárias destinadas ao referido contrato na Lei Orçamentária Anual (LOA) são insuficientes para fazer frente ao incremento de despesa decorrente do aditivo contratual. Diante de tal situação, a medida adequada sob a ótica da responsabilidade fiscal e do regime de orçamento público consiste
- (A) em assinar o aditivo independentemente da suficiência da dotação orçamentária indicada no contrato, eis que a mesma possui natureza de mera estimativa de despesa.
 - (B) na abertura de crédito adicional suplementar, mediante prévia autorização legislativa e indicação de fonte, como condição para geração de despesa derivada da assinatura do aditivo.
 - (C) em diferir, obrigatoriamente, a assinatura do aditivo para o exercício subsequente, eis que a ausência de dotação suficiente na LOA constitui fator impeditivo para majoração da despesa no ano corrente.
 - (D) em efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias, de forma a viabilizar a cobertura para o incremento de despesa, com a condição de que não haja majoração do montante global consignado na LOA.
 - (E) em providenciar, em até 90 dias após a assinatura do aditivo, a suplementação orçamentária necessária, mediante cancelamento de outras dotações em valor correspondente.
38. O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) formam um sistema integrado de planejamento e gestão fiscal responsável, contemplando a visão estratégica e os objetivos de médio prazo, a mediação entre planejamento e orçamento, com definição de prioridades e metas fiscais, e, por fim, a materialização dessas escolhas na programação anual de receitas e despesas. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê mecanismos e elementos que propiciam a integração desse sistema e, nesse contexto, a denominada Reserva de Contingência
- (A) é prevista no PPA, como dotação global para os 4 exercícios correspondentes, sendo sua utilização autorizada quando identificado risco de não atingimento das metas previstas no Anexo de Metas Fiscais que integra a LDO.
 - (B) deve estar prevista no PPA, destinada a investimentos cuja execução ultrapasse um único exercício financeiro, sendo integralizada com recursos oriundos de superávit financeiro verificado durante a execução das LOAs nos exercícios antecedentes.
 - (C) constitui elemento integrante da LDO, correspondente ao percentual de 5% da arrecadação estimada para o exercício a que se refere e que deve ser destacado na LOA para geração de créditos extraordinários.
 - (D) é fixada na LOA, como um percentual da receita corrente líquida, de acordo com critérios estabelecidos na LDO, destinada a fazer frente a passivos contingentes e outros riscos fiscais, estes que devem ser indicados no Anexo de Riscos Fiscais que integra a LDO.
 - (E) deve ter seu montante estabelecido na LDO, em valores nominais, de acordo com as premissas macroeconômicas estabelecidas no PPA e considerando a margem de crescimento das despesas obrigatórias.
39. As receitas auferidas pela União no curso do exercício orçamentário a título de dividendos declarados e pagos por empresas sob seu controle acionário caracterizam-se, sob a ótica orçamentária, como receitas
- (A) derivadas, patrimoniais correntes e que integram a receita corrente líquida no exercício relativo à declaração, salvo para cômputo do limite de despesas com pessoal.
 - (B) de capital, derivadas (exploração de ativos) e excluídas do cômputo da receita corrente líquida, somente podendo ser destinadas a despesas de capital.
 - (C) originárias, correntes (patrimoniais) e que integram a receita corrente líquida do exercício em que ingressam no caixa no ente.
 - (D) extraordinárias, de capital (patrimoniais), consideradas para fins de receita corrente líquida no exercício do pagamento.
 - (E) extraorçamentárias, sendo ingressos públicos no exercício do pagamento e consideradas na receita corrente líquida do exercício relativo à declaração.



40. Considerando a natureza jurídica e a gestão dos fundos especiais de despesa da União, instituídos na forma estabelecida pela Lei nº 4.320/64, tem-se que:
- (A) em sendo apurado saldo positivo em balanço, o valor correspondente será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, salvo determinação em contrário da lei instituidora.
 - (B) sujeitam-se a regime próprio de contabilidade e execução orçamentária, na forma disciplinada na legislação de regência, sendo vedada a inscrição de suas despesas em restos a pagar.
 - (C) constituem patrimônio segregado, vinculado à finalidade prevista na lei instituidora do fundo, não sendo atingido pelo mecanismo de Desvinculação de Receitas da União estabelecido constitucionalmente.
 - (D) equiparam-se a sociedade de propósito específico, sujeitando-se a normas de contabilidade privada, de forma que a execução de suas despesas prescinde de dotação orçamentária específica.
 - (E) são constituídos mediante lei complementar, para as finalidades taxativamente previstas na Constituição Federal, assegurada fonte própria de receitas oriunda da vinculação de produto de impostos federais.

Auditoria e Compliance

41. Na auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 20X5 de indústria de laticínios de capital aberto, listada em bolsa, a mensuração dos estoques de queijo parmesão em maturação foi o assunto que mais exigiu atenção da equipe: a rubrica responde por parcela expressiva do ativo, sua contagem depende de acesso restrito às câmaras de cura e sua avaliação envolve estimativas de perda por evaporação ao longo do período de cura, o que levou o auditor a estender procedimentos, contratar especialista e tratar reiteradamente o tema com os responsáveis pela governança.

A administração reconheceu 1.275 peças desse queijo em estoque. A contagem física acompanhada pelo auditor e o certificado de inspeção sanitária emitido em dezembro de 20X5, porém, apuraram 1.120 peças armazenadas na câmara de maturação. A superavaliação de 155 peças é relevante, mas não generalizada para as demonstrações como um todo. Comunicada a distorção, a administração recusou-se a efetuar o ajuste, e o auditor não identificou outros assuntos de significância comparável no exercício.

Nessa situação, o auditor, conforme as NBC TA,

- (A) emitirá opinião com ressalva, tendo em vista que a seção de base para a opinião é dispensada pela descrição do assunto como Principal Assunto de Auditoria.
 - (B) emitirá uma opinião adversa, tendo em vista que a comunicação dos estoques em maturação como Principal Assunto de Auditoria supre a modificação da opinião.
 - (C) emitirá uma opinião adversa, tendo em vista que a diferença apurada nas peças de queijo deve ser descrita na seção de Principais Assuntos de Auditoria.
 - (D) abster-se-á de opinar, pois o relatório não pode conter a seção de Principais Assuntos de Auditoria.
 - (E) emitirá opinião com ressalva, tendo em vista que a remissão ao assunto na seção de Principais Assuntos de Auditoria não substitui a modificação da opinião.
42. Uma sociedade empresária que administra fundos garantidores e presta garantias a operações de crédito de longo prazo contratou firma de auditoria independente para auditar suas demonstrações contábeis do exercício. Na etapa de planejamento, o auditor responsável pelo trabalho determinou a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo, tomando por referência o ativo total da sociedade; na sequência, fixou a materialidade de desempenho. Feita a avaliação dos riscos de distorção relevante, o auditor delineou a natureza, a época e a extensão dos testes de conformidade e dos testes substantivos, consignando todas essas decisões nos papéis de trabalho.
- De acordo com as normas brasileiras de auditoria (NBC TA),
- (A) sendo numerosa a população examinada, o emprego de amostragem estatística é obrigatório, vedada ao auditor a seleção de itens específicos para exame integral.
 - (B) a materialidade de desempenho é definida em valor inferior à materialidade das demonstrações contábeis como um todo, a fim de reduzir a um nível adequadamente baixo o risco de agregação.
 - (C) encerrado o planejamento, a materialidade torna-se imutável, pois sua alteração no curso dos trabalhos comprometeria a consistência dos papéis de trabalho já elaborados.
 - (D) a extensão dos testes substantivos cresce à medida que o auditor fixa a materialidade de desempenho em valor mais elevado, uma vez que um número maior de itens da população precisará ser examinado.
 - (E) comprovada a eficácia operacional dos controles internos por meio dos testes de conformidade, o auditor fica desobrigado de aplicar procedimentos substantivos às classes relevantes de transações e aos respectivos saldos contábeis.

43. Ao aplicar procedimentos analíticos substantivos na auditoria das demonstrações contábeis do Estaleiro Onda Alta Ltda., empresa que fabrica iates, o auditor identificou elevação da margem bruta da linha de embarcações incompatível com a evolução dos custos de casco, motorização e mão de obra especializada e com o comportamento do setor náutico. Indagada, a administração atribuiu a variação a mudança no mix de vendas, sem apresentar documentação de suporte. Encontrou também algumas deficiências significativas de controle interno.

De acordo com as NBC TA, nessa situação,

- (A) as deficiências de controle interno só são comunicadas se alterarem a opinião.
- (B) o auditor tornou-se responsável pela prevenção e detecção da fraude.
- (C) os procedimentos analíticos restringem-se à fase de planejamento.
- (D) a explicação verbal da administração é evidência suficiente e apropriada.
- (E) o auditor deve corroborar a explicação com outras evidências de auditoria.



44. Certo Banco, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, administrado por conselho de administração e diretoria, e determinada Sociedade de Economia Mista Estatal revisaram seus programas de integridade e suas estruturas de conformidade. Nesse contexto, está correto afirmar que:
- (A) a existência de programa de integridade efetivo exclui a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica pelos atos lesivos.
 - (B) no Banco, a unidade responsável pela função de conformidade, quando constituída, deve estar integralmente segregada da atividade de auditoria interna.
 - (C) no Banco, a política de conformidade pode ser aprovada pela diretoria, dispensada a aprovação do conselho de administração.
 - (D) na Estatal, a área de compliance deve ser vinculada ao conselho fiscal e liderada por empregado de carreira.
 - (E) a *due diligence* sobre terceiros somente é exigível após a celebração do contrato, como medida de supervisão.

45. A unidade de auditoria interna de uma Agência Financeira Pública Gestora de Fundos Garantidores adotou, no exercício, as providências a seguir:
- I. Estruturou os trabalhos em exames e avaliações metodologicamente organizados sobre a integridade, a adequação, a eficácia, a eficiência e a economicidade dos processos, dos sistemas de informações e dos controles internos, recomendando soluções para as não conformidades apontadas.
 - II. No planejamento, considerou apenas as atividades operacionais e o sistema contábil, dispensou o exame da política de gestão de riscos da entidade e deixou a análise dos riscos de auditoria para a fase de execução.
 - III. Fundamentou as constatações em informações suficientes, fidedignas, relevantes e úteis e emitiu relatório objetivo e imparcial, indicando objetivo e extensão dos trabalhos, metodologia, procedimentos aplicados, fatos e evidências, riscos associados, conclusões e recomendações.
 - IV. Diante de irregularidade que exigia providência imediata da administração, avaliou a necessidade de emitir relatório parcial; e, ao preparar o exercício seguinte, levantou o resultado e as providências relativas aos trabalhos anteriores.

De acordo com a NBC TI 01, estão em conformidade com a norma APENAS as situações

- (A) I, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.

Contabilidade Tributária

46. Uma sociedade empresária tributada pelo lucro real trimestral apurou, no primeiro trimestre do exercício, lucro líquido de R\$ 500.000,00 antes da provisão para o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tendo computado nesse resultado os seguintes valores:
- I. R\$ 20.000,00: multa de ofício, de caráter punitivo, aplicada em razão da falta de recolhimento de tributo (não tem natureza compensatória).
 - II. R\$ 15.000,00: despesas com brindes distribuídos a clientes.
 - III. R\$ 30.000,00: constituição de provisão para garantia de produtos vendidos.
 - IV. R\$ 40.000,00: resultado positivo da avaliação de investimento pelo método da equivalência patrimonial.

Considerando exclusivamente esses valores, o lucro real do trimestre corresponde a

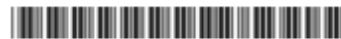
- (A) R\$ 505.000,00
- (B) R\$ 500.000,00
- (C) R\$ 495.000,00
- (D) R\$ 525.000,00
- (E) R\$ 565.000,00



47. Uma companhia industrial, tributada com base no lucro real, aplica seu caixa excedente em cotas de fundos de investimento e pretende usufruir de incentivos fiscais federais operacionalizados por dedução do imposto devido.
- A respeito dos incentivos fiscais federais e do tratamento tributário das aplicações em fundos de investimento, nos termos da legislação de regência,
- (A) a tributação periódica dos rendimentos dos fundos submetidos ao regime geral ocorre no último dia útil dos meses de maio e novembro.
 - (B) admite-se a dedução de incentivos fiscais do imposto devido correspondente a lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior.
 - (C) as deduções do imposto devido a título de incentivo fiscal alcançam as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido.
 - (D) o valor do adicional do imposto de renda admite a dedução dos incentivos fiscais apurados no período.
 - (E) os fundos de investimento em direitos creditórios sujeitam-se necessariamente à tributação periódica.
-
48. A respeito da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), é correto afirmar:
- (A) As receitas decorrentes de exportação sujeitam-se à incidência da Cofins, dada a sua natureza de contribuição social destinada ao financiamento da seguridade social.
 - (B) A alíquota da CSLL aplicável às pessoas jurídicas em geral é de 13%, sendo de 25% a aplicável aos bancos de qualquer espécie.
 - (C) A pessoa jurídica que apura o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) com base no lucro presumido sujeita-se ao regime não cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, podendo descontar créditos sobre os bens adquiridos para revenda.
 - (D) O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do IOF, devido na operação de origem.
 - (E) As receitas financeiras auferidas por pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não cumulativa situam-se integralmente fora do campo de incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
-
49. Em 31 de dezembro de 2025, uma companhia tributada pelo lucro real, que espera gerar lucros tributáveis futuros suficientes, reconheceu provisão de R\$ 100.000,00 para riscos trabalhistas. A legislação fiscal admite a dedução dessa despesa somente quando do efetivo pagamento das verbas correspondentes.
- Considerando a alíquota combinada de IRPJ e CSLL de 34%, que se espera aplicável no período em que o passivo for liquidado, e de acordo com a NBC TG 32, a companhia deve reconhecer
- (A) ativo fiscal diferido de R\$ 34.000,00
 - (B) passivo fiscal diferido de R\$ 34.000,00
 - (C) ativo fiscal diferido de R\$ 100.000,00
 - (D) passivo fiscal diferido de R\$ 100.000,00
 - (E) nenhum tributo diferido, por se tratar de diferença permanente.
-
50. Ao encerrar o exercício social, o setor jurídico de uma companhia classificou as seguintes exigências fiscais:
- I. Auto de infração de ICMS no valor de R\$ 800.000,00, com perda avaliada como provável e melhor estimativa de desembolso correspondente ao valor integral da exigência;
 - II. Auto de infração de ISS no valor de R\$ 300.000,00, com perda avaliada como possível;
 - III. Exigência de IPTU no valor de R\$ 100.000,00, com perda avaliada como remota.
- À luz da NBC TG 25,
- (A) eventual reembolso a ser obtido de terceiro deve ser deduzido do valor da provisão reconhecida no passivo.
 - (B) a exigência de IPTU deve ser divulgada em nota explicativa como passivo contingente.
 - (C) devem ser reconhecidas provisões de R\$ 1.100.000,00
 - (D) deve ser reconhecida provisão de R\$ 800.000,00
 - (E) o auto de infração de ISS não deve ser reconhecido nem divulgado.
-

Análise Financeira

51. Um analista de crédito avalia uma operação, estimando probabilidade de *default* (PD) de 2% ao ano, perda dado o *default* (*Loss Given Default* – LGD) de 45% e exposição no momento do *default* (*Exposure at Default* – EAD) de R\$ 1.000.000,00. Com base nesses parâmetros, a perda esperada dessa operação de crédito é de
- (A) R\$ 1.000.000,00
 - (B) R\$ 550.000,00
 - (C) R\$ 9.000,00
 - (D) R\$ 20.000,00
 - (E) R\$ 450.000,00



52. Um analista avalia um projeto de investimento por meio de três critérios: Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR) e prazo de *payback* simples. Comparando esses critérios, é correto afirmar que
- (A) o *payback* simples é o critério mais adequado para avaliar a rentabilidade total de um projeto, por considerar todos os fluxos de caixa gerados até o final de sua vida útil.
 - (B) tanto o VPL quanto o *payback* simples descontam os fluxos de caixa futuros a valor presente, ao passo que a TIR corresponde à soma nominal dos fluxos de caixa do projeto, sem qualquer desconto.
 - (C) o VPL e a TIR sempre indicam a mesma decisão para quaisquer dois projetos mutuamente excludentes, independentemente de diferenças de escala ou de distribuição temporal dos fluxos de caixa.
 - (D) o *payback* simples não considera o valor do dinheiro no tempo, ao passo que o VPL e a TIR baseiam-se no desconto dos fluxos de caixa futuros.
 - (E) a TIR corresponde à taxa de desconto que maximiza o VPL do projeto, sendo essa maximização o critério que a define.
53. Um analista avaliou uma empresa pelo método do fluxo de caixa descontado (*Discounted Cash Flow* – DCF) e, em seguida, realizou análise de sensibilidade do valor da empresa em relação a variações na taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital ou *Weighted Average Cost of Capital* – WACC) e na taxa de crescimento na perpetuidade utilizadas no modelo. O objetivo principal dessa análise é
- (A) demonstrar que o valor da empresa não se altera de forma relevante diante de variações nas premissas adotadas no modelo.
 - (B) estimar o valor da empresa a partir de múltiplos de mercado de empresas comparáveis, dispensando a projeção das entradas e saídas de caixa futuras.
 - (C) identificar em que medida o valor estimado da empresa se altera diante de variações nas premissas mais incertas do modelo, evidenciando quais delas exercem maior impacto sobre o resultado.
 - (D) quantificar a probabilidade estatística de o valor real da empresa coincidir exatamente com o valor apontado pelo modelo de DCF.
 - (E) determinar automaticamente a taxa de desconto correta a ser utilizada na avaliação, dispensando o julgamento subjetivo do analista quanto ao custo de capital da empresa.
54. Considere que a taxa livre de risco seja de 5% ao ano, o beta de determinada ação seja igual a 1,2 e o prêmio de risco de mercado seja de 6% ao ano. Pelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM, o custo de capital próprio da empresa emissora dessa ação é de
- (A) 13,20% a.a.
 - (B) 7,20% a.a.
 - (C) 6,00% a.a.
 - (D) 11,00% a.a.
 - (E) 12,20% a.a.
55. Uma carteira possui valor de mercado de R\$ 10.000.000,00, com retorno diário aproximadamente normal, desvio-padrão diário de 2% e média de retorno diário considerada nula. Para o nível de confiança de 95% ($z = 1,645$), o Valor em Risco (*Value at Risk* – VaR) diário paramétrico dessa carteira é de, aproximadamente,
- (A) R\$ 466.000,00
 - (B) R\$ 200.000,00
 - (C) R\$ 329.000,00
 - (D) R\$ 164.500,00
 - (E) R\$ 400.000,00

Sustentabilidade e Divulgação Financeira

56. Uma companhia do ramo da indústria têxtil decidiu elaborar suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade em conformidade com a IFRS S1 – Requerimentos Gerais para Divulgação de Informação Financeira Relacionada à Sustentabilidade. Identificou, entre os riscos e as oportunidades que se pode razoavelmente esperar que afetem suas perspectivas, a escassez hídrica nas regiões de suas fábricas e a demanda crescente por fibras recicladas; a supervisão do tema cabe ao comitê de sustentabilidade do conselho de administração.
- Sobre o objetivo, o alcance e os conteúdos centrais exigidos pela IFRS S1,
- (A) a companhia deve divulgar as métricas exigidas por norma aplicável e as usadas para monitorar cada risco.
 - (B) quanto à gestão de riscos, é suficiente descrever os processos de identificação dos riscos atuais.
 - (C) evidenciar os impactos da companhia sobre a sociedade e o meio ambiente, tendo por destinatário o público em geral, é o objetivo principal dessa norma.
 - (D) a divulgação de informações de governança alcança apenas o comitê do conselho, sendo vedado informar o papel da administração no tema, sob pena de influenciar a decisão daqueles que fornecem recursos à entidade.
 - (E) a companhia deve divulgar os efeitos atuais dos riscos identificados. Os efeitos antecipados dos riscos identificados não são divulgados.



57. O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) integra o arranjo institucional brasileiro de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, no qual também se inserem os aspectos ASG e os instrumentos financeiros verdes. A respeito desse arranjo, verifica-se que:
- (A) os dados e as premissas utilizados nas divulgações de sustentabilidade devem ser consistentes com os constantes das demonstrações contábeis.
 - (B) a materialidade das divulgações de sustentabilidade é definida pelos impactos da entidade sobre a sociedade e o meio ambiente. Nesse ponto, as decisões dos usuários não influenciam.
 - (C) os pronunciamentos técnicos do CBPS possuem obrigatoriedade automática.
 - (D) nos títulos vinculados à sustentabilidade, os recursos captados devem ser integralmente alocados em projetos verdes previamente definidos pelo emissor.
 - (E) os riscos relacionados às mudanças climáticas compreendem apenas os riscos físicos, excluídos os riscos de transição.
58. Uma companhia do setor de celulose e papel, com florestas plantadas e unidades industriais localizadas em regiões sujeitas a estiagens prolongadas, prepara suas divulgações com base no IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima. No relatório do exercício, a companhia realizou as seguintes ações:
- Mapeou a queda de produtividade florestal decorrente das estiagens e a possibilidade de comercializar excedente de energia gerada a partir de biomassa;
 - Identificou riscos de pequena monta em duas unidades de logística, que não afetariam suas perspectivas financeiras;
 - Concluiu que a incerteza de mensuração dos efeitos financeiros antecipados das estiagens sobre seus fluxos de caixa é tão elevada que a informação quantitativa não seria útil;
 - Fixou meta líquida de redução de emissões para 2035, com uso planejado de créditos de carbono; e
 - Vinculou parcela do bônus anual da diretoria ao atingimento das metas climáticas.
- A respeito do objetivo, do alcance e dos conteúdos centrais da IFRS S2, é correto afirmar que:
- (A) fixada a meta líquida de emissões para 2035, fica dispensada a divulgação da meta bruta de emissões a ela associada.
 - (B) os riscos identificados nas unidades de logística devem ser divulgados, por se tratar de riscos ambientais decorrentes da operação da companhia.
 - (C) a companhia deve divulgar o percentual da remuneração da administração executiva, reconhecido no período, vinculado a considerações climáticas.
 - (D) as informações quantitativas sobre os efeitos financeiros antecipados das estiagens sobre os fluxos de caixa devem ser publicadas.
 - (E) a companhia deve divulgar a queda de produtividade florestal, mas não a possibilidade de comercializar excedente de energia de biomassa, por não se tratar de risco climático.
59. Certa companhia aberta com exercício social encerrado em 31 de dezembro optou pela elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e arquivará o primeiro relatório, referente ao exercício de 2026. Ao montar o cronograma, a área de relações com investidores propôs:
- Reportar o relatório a cada dois exercícios sociais;
 - Arquivá-lo internamente na companhia, em formato físico;
 - Contratar asseguração limitada por meio de auditor independente registrado na CVM;
 - Publicá-lo como capítulo específico das Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial; e
 - Como experiência inicial, publicar apenas as informações referentes ao exercício de 2026, sem compromisso futuro.
- Consultado, o auditor independente registrado na CVM esclareceu que, à luz da Resolução CVM nº 193/2023,
- (A) a publicação do relatório como capítulo das Notas Explicativas atende à forma de apresentação exigida.
 - (B) o reporte do relatório a cada dois exercícios sociais atende à periodicidade mínima exigida.
 - (C) o arquivamento interno na companhia, em formato físico, é suficiente para fins regulatórios.
 - (D) a opção da companhia gerará o compromisso de publicação por, no mínimo, três exercícios sociais seguidos.
 - (E) a asseguração limitada, nos moldes propostos, atende à exigência aplicável ao exercício de 2026.
60. A Resolução CVM nº 14/2020 aprovou a Orientação Técnica OCPC 09 – Relato Integrado. De acordo com essa Orientação,
- (A) os fatores do ambiente externo compreendem o contexto econômico e regulatório em que a organização atua. Temas sociais e ambientais só são tratados quando já integrarem o relatório de sustentabilidade da organização.
 - (B) o modelo de negócios utiliza capitais como insumos e os converte, por meio das atividades de negócios, em produtos e resultados. Sua divulgação alcança subprodutos, resíduos e resultados negativos, conforme a relevância de cada um.
 - (C) os capitais humano e intelectual, por não admitirem mensuração monetária confiável, recebem tratamento de informação complementar. Situam-se fora do conjunto de capitais que compõem a geração de valor.
 - (D) o valor da organização é gerado, principalmente, em seu ambiente interno e em seus processos de gestão. As relações com as partes interessadas e o ambiente externo influenciam, tão somente, a forma como a organização é percebida.
 - (E) o Relato Integrado tem por foco a missão da organização e o retrato de suas circunstâncias atuais. As informações sobre o futuro, por sua natureza incerta, não são o foco dessa Orientação.



DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais: Conforme Edital de Abertura de Inscrições, Capítulo 13. **Da Prova Discursiva-Estudo de Caso, itens:** 13.3 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 02 (duas) questões práticas, para as quais o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 13.5 A Prova Discursiva-Estudo de Caso destinar-se-á a avaliar o domínio técnico de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições dos cargos em concurso. 13.6 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter habilitatório e classificatório, e cada questão será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) pontos. 13.7 [...] considerar-se-á habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60,00 (sessenta) em cada uma das questões. [...] 13.15 A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 13.16 O candidato deverá atentar para a folha destinada ao rascunho e a folha destinada à resposta definitiva, a fim de que não seja prejudicado. A folha para a resposta definitiva será a única válida para a avaliação da Prova Discursiva-Estudo de Caso. 13.17 Eventuais marcações nos enunciados das questões, que não excedam a palavras sublinhadas ou circuladas, não trarão prejuízo à correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso.

QUESTÃO 1

Uma empresa exportadora obteve, junto à ABGF, cobertura de Seguro de Crédito à Exportação (SCE), amparada pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para operação de venda de máquinas agrícolas. O comprador estrangeiro está localizado em país classificado na categoria 6 (risco elevado) pela metodologia de risco-país da OCDE. Tal operação foi aprovada há oito meses com base em análise técnica que considerou o histórico de pagamentos do comprador e a solidez financeira da exportadora. Ao revisar a documentação da operação para fins de acompanhamento periódico, uma analista da ABGF recentemente designada para a carteira identificou dois pontos que chamaram sua atenção: primeiro, o comprador estrangeiro é controlado por sociedade cujo quadro societário inclui um cunhado do diretor de operações da empresa exportadora, relação não mencionada em nenhum momento do processo de contratação da apólice; segundo, o cronograma de pagamentos apresentado à ABGF no momento da contratação diverge, em prazos e valores, daquele constante do contrato comercial mais recente firmado entre a exportadora e o comprador estrangeiro, documento obtido pela analista junto à área de operações da própria empresa exportadora. Considerando os princípios de integridade, governança e *compliance* aplicáveis às empresas públicas federais, a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e a regulação do SCE amparado pelo FGE, responda, fundamentadamente, ao que se pede:

- Quais elementos caracterizam, na hipótese, situação de conflito de interesses relevante para fins de governança e integridade na ABGF? A ausência de declaração desse vínculo no momento da contratação, por si só, compromete a validade da apólice de SCE concedida, ou depende de outros fatores para produzir esse efeito?
- A divergência identificada entre o cronograma de pagamentos apresentado na contratação e o constante do contrato comercial mais recente autoriza, por si só, a revisão das condições da cobertura concedida pelo FGE? Quais diligências técnicas devem anteceder qualquer conclusão sobre eventual agravamento do risco segurado?
- Confirmada a prestação de informação inexata no momento da contratação da apólice, a hipótese pode se amoldar a alguma das categorias de atos lesivos previstas na Lei nº 12.846/2013? Quais são as possíveis consequências para a empresa exportadora e para a operação de SCE já concedida?

Observação: É necessário informar na sua resposta, obrigatoriamente, a letra do item correspondente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 2**

A empresa "Canarinho" está fechando a contabilidade do exercício de 20X6 e, no momento, está avaliando seus ativos de longo prazo. A contabilização de depreciação de 20X6 já foi realizada, mas está pendente a verificação da necessidade de realizar o teste de redução ao valor recuperável (teste de *impairment*). Os ativos que estão sendo avaliados são: uma máquina utilizada na produção, a fábrica em que a produção é realizada e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) adquirido em combinação de negócios.

Os testes são realizados apenas no fechamento do exercício social. Pelos registros contábeis, não há valores anteriormente registrados como perda por redução ao valor recuperável desses ativos.

Não há qualquer indício de perda de valor relacionado à fábrica, mas a máquina sofreu danos recentemente, ocasionados por uma inundação, e não vem apresentando a mesma eficiência anterior a esse evento.

Com base nas normas CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 04(R1) – Ativo Intangível e CPC 27 – Ativo Imobilizado:

- a. Para cada ativo, analise a necessidade do teste de *impairment* e justifique conforme as normas supramencionadas.
- b. Caso o ativo precise passar pelo teste de *impairment*, indique qual o valor do ajuste que deve ser realizado em cada um deles, justificando conforme as normas supramencionadas. Para o cálculo, utilize as seguintes informações obtidas para 31/12/20X6:

Ativo	Valor contábil, líquido de depreciação (quando aplicável) (em reais)	Valor Justo (em reais)	Valor em uso (em reais)
Máquina	30.000,00	25.000,00	27.000,00
Fábrica	540.000,00	600.000,00	540.000,00
Goodwill	210.000,00	211.000,00	208.000,00

Atenção: A tabela apresenta os valores que seriam encontrados caso a empresa tivesse que realizar o teste de *impairment* de todos os ativos.

- c. Qual a contabilização (débitos e créditos) que deve ser realizada referente ao reconhecimento da perda nos ativos de longo prazo da "Canarinho". Ressalta-se que deve ficar claro se as contas são de Ativo, Passivo, PL ou Resultado e, no caso dos primeiros, se são Circulante ou Não Circulante, quando aplicável.

Observação: É obrigatório indicar na resposta a letra correspondente ao item que está sendo respondido.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	



25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO